

A EDUCAÇÃO ESCOLAR KARITIANA NO ESTADO DE RONDÔNIA/RO E OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DIFERENCIADA¹

Carlos Magno Naglis Vieira² Joel Batista Pitana Karitiana³ Laura Borges Nogueira⁴

Resumo: Construído a partir das experiências acadêmicas dos autores, o texto objetiva apresentar a Educação Escolar Karitiana em Rondônia/RO e os desafios para a construção de uma escola diferenciada. No diálogo com os intelectuais indígenas, a escola é aquela que respeita a identidade, valoriza a língua, dialoga com os saberes e conhecimentos Karitiana, apoia a especificidade e tem na cultura a centralidade para a construção de suas práticas pedagógicas. As análises indicam que os Karitiana têm seus próprios processos educativos na comunidade e nos diferentes espaços, que lutam contra os posicionamentos contraditórios do estado e buscam o respeito para a compreensão de uma gestão indígena, de projeto político pedagógico diferenciado e intercultural para as escolas, além de um currículo específico que contemple a pedagogia Karitiana.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Povo Karitiana; Educação diferenciada; Escola Indígena.

Karitiana school education in the state of Rondônia/RO and the challenges of building a differentiated school

Abstract: Based on the academic experiences of the authors, the text seeks to present Karitiana school education in Rondônia/RO and the challenges of building a differentiated school. In dialogue with indigenous intellectuals, the school is the one that respects identity, values language, dialogues with Karitiana knowledge, supports specificity and has culture at the center of its pedagogical practices. The text points out that the Karitiana have their own educational processes in the community and in different spaces, fight against the contradictory positions of the state and seek respect for the understanding of indigenous management, which is a differentiated and intercultural pedagogical political project for schools, and also seek a specific curriculum that takes into account Karitiana pedagogy.

Keywords: Indigenous school education; Karitiana people; Differentiated education; Indigenous school.

¹ Pesquisa com financiamento da CAPES.

² Universidade Federal de Rondônia/UNIR. Orcid: http://orcid.org/0000-0003-4004-4836 E-mail: carlos.vieira@unir.br

³ Universidade Federal de Rondônia/UNIR. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1455-745 E-mail: joelpitanal@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas, desde o período colonial brasileiro, vêm lutando, tensionando e resistindo contra um modelo de educação que está alicerçado em uma lógica moderna e tem produzido e provocado ações integracionistas, hegemônicas e conservadoras dentro do espaço educacional. Historicamente, essa luta pode ser observada desde a presença jesuítica nos territórios indígenas com ações voltadas para práticas de civilização e nacionalização do dito "selvagem".

Ao longo do tempo, as inúmeras políticas educativas que foram desenvolvidas e implementadas junto aos povos indígenas estão amparadas em um padrão de dominação, com ideais positivistas e eurocêntricos, um forte discurso dominante que dificulta, impede e, muitas vezes, interdita a circulação da cultura, da tradição, dos conhecimentos e dos saberes tradicionais.

No diálogo com Luciano (2006, p.148) identificamos a situação quando escreve:

A educação escolar oferecida aos povos indígenas durante séculos sempre teve como objetivo a integração do índio à sociedade nacional, sem respeito às diferenças culturais e lingüísticas. Era uma educação de branco, da cultura do branco para os índios. Em outras palavras, a escola servia para o branco ensinar ao índio a ser e a viver como ele.

O contexto vivido pelos povos indígenas - e pelos demais sujeitos sociais subalternos, nos convida a refletir sobre os efeitos produzidos pelo modelo/padrão colonial, ainda presente nos discursos e nas ações políticas, culturais e sociais de nosso tempo. Os resultados provocam marcas que ficam registradas nas identidades e nos corpos daqueles que sofrem, vivem e experienciam as consequências da colonialidade (Quijano, 2005).

Buscando desconstruir a perversidade desse contexto colonizador, o artigo, construído a partir das experiências profissionais e acadêmicas dos autores, tem como objetivo apresentar a Educação Escolar Karitiana no Estado de Rondônia/RO, município de Porto Velho, e os desafios para a construção de uma escola indígena diferenciada.

Inspirado nos diálogos com os intelectuais indígenas que se movimentam pela proposta de pesquisa, é importante registrar que nosso ponto de partida é a escola indígena que respeite a identidade, valorize a língua, dialogue com os saberes e conhecimentos Karitiana, apoie a especificidade e tenha na cultura a centralidade para a construção e o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas.

Além da questão já mencionada anteriormente, os estudos com o povo Karitiana e, mais especificamente, a temática da educação escolar indígena, são assuntos que possuem uma tímida produção acadêmica. As publicações relacionadas ao povo indígena fazem referências às questões de territorialidade e história. Ousamos, em mencionar que as primeiras produções acadêmicas voltadas ao campo da educação escolar indígena serão produzidas futuramente, pois os primeiros professores Karitiana ingressaram nos cursos de pós-graduação em educação e suas pesquisas estão voltadas à escola indígena e à formação dos professores Karitiana.

Partindo desse cenário em que o estudo ora apresentado é produzido, compreendemos que a escrita de um texto, seja em qualquer formato, é sempre um desafio. Exige de nós, enquanto escritores, um lugar onde pontua-se algo e expressam-se os contornos da identidade do(s) autor(es). Nesse sentido, o artigo apresenta as reflexões iniciais que estão em desenvolvimento no projeto de pesquisa "A educação diferenciada para os professores Karitiana da escola indígena Kyowã, Rondônia/RO" em um Programa de Pós-Graduação em Educação na região norte.

Vinculado ao Grupo de Pesquisa Educação Intercultural e Povos Tradicionais/CNPq e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES, o texto constitui um desafio teórico-metodológico de articular reflexões sobre uma temática de pesquisa que tem como suporte a identidade indígena de um pesquisador em construção, de autores que dialogam com a Educação Indígena e Educação Escolar Indígena do povo Karitiana e, ainda, a corrente teórica que inspira a produção desse texto, os Estudos Culturais e os Estudos Póscoloniais.

Apoiado nas experiências dos autores que vivenciam cotidianamente a educação escolar indígena em Rondônia, a construção do texto está amparada em estudos bibliográficos, diálogos etnográficos e

interculturais com os professores Karitiana que exercem à docência na escola indígena Kyowã, situada na Terra Indígena Central. O texto, além da introdução, está organizado em mais duas seções. A primeira, corresponde ao povo Karitiana e seus contextos históricos, geográficos e culturais e, a segunda, uma escrita mais sistematizada sobre a pesquisa em Educação Escolar Karitiana e os elementos necessários para a construção de uma escola indígena diferenciada. Buscamos encerrar o texto apresentando e deixando determinados elementos que podem e merecem problematizações em estudos futuros.

O POVO KARITIANA: HISTÓRIA, TERRITÓRIO E CULTURA.

O povo Karitiana vive na região da Amazônia, no Estado de Rondônia/RO, mais precisamente nos "vales dos rios Jaci-Paraná, Candeias e Jamari, na região do alto rio Madeira, desde pelo menos o final do século XIX" (Velden, 2010, p. 56). Falantes da língua Tupi-Arikêm, os Karitiana estão localizados em territórios tradicionais no município de Candeias do Jamari e Porto Velho, capital do Estado de Rondônia. Homologada pelo decreto nº 93.068/1986, a maior extensão territorial tradicional Karitiana fica localizada a 95 km de Porto Velho, sentido Acre na BR 364, no ramal Maria Conga. Com 89.682 hectares, a área demarcada é caraterizada por uma densa floresta tropical, com um clima quente e úmido, e um sistema de rios que desempenha um papel significativo na vida dos Karitiana.

A principal terra tradicional Karitiana, conhecida como aldeia Central, denominada Kyōwā ("Sorriso de criança"), possui um ambiente natural que oferece uma vasta gama de recursos que são essenciais para a subsistência, como: frutos, raízes, peixes e caça. Nesse sentindo, a história, a cultura e o contexto geográfico do Povo Karitiana são profundamente entrelaçados com a rica biodiversidade e a complexidade sociocultural da Amazônia.

Ainda, nessa discussão sobre território indígena, o estudo de Almeida Silva (2010, p. 19) junto ao povo Uru-Eu-Wau-Wau, no Estado de Rondônia, nos convida à reflexão sobre a questão na região. Segundo o autor, "o território em que se encontram os indígenas são fragmentos

de uma territorialidade criada artificialmente [pelos não-indígenas], visto que o território original compreendia uma dimensão muito maior do que se configura na atualidade".

Sobre o assunto, compreendemos que é importante registrar que as terras tradicionais Karitiana, apesar de estarem asseguradas a partir do ponto de vista constitucional e jurídico, ainda sofrem com a ocupação ilegal que provoca inúmeras tensões e conflitos. Essa realidade vivida pelo povo Karitiana se repete entre diferentes povos que residem na região amazônica.

Entre as diferentes formas de valorização da cultura Karitiana, a transmissão do conhecimento por meio das narrativas míticas possui um lugar significativo. Nesse sentido, questões relacionadas ao surgimento dos Karitiana e o local de onde vieram são elementos transmitidos de forma oral de geração após geração. Essas representações carregam elementos simbólicos que marcam de maneira significativa a organização social, cultural e identitária dos Karitiana.

Tentaremos resumir, em breves apontamentos, a história e a cosmologia desse povo. No contexto mitológico dos Karitiana existe Deus, que é chamado *Botyyj*, a mulher de Deus, conhecida como *Tombon* e o irmão de Deus, denominado de *Ora*. Para o povo Karitiana esses sujeitos foram os primeiros seres existentes no mundo. Os Karitiana com mais idade, conhecidos como a "biblioteca viva" do povo, contam que Deus (*Botyyj*) teve um filho que foi chamado de *Otada* e depois um neto que recebeu o nome de *Byyjyty*. É a partir do neto de Deus, que nasceu com cabelos de *Byyjyty*, que surgiu o povo Karitiana.

O nome do povo Karitiana é originalmente *Byyjyty Osop Aky*, que significa renascente do cabelo do neto de Deus. Eles denominam-se como *Byyjyty Osop Aky* e ao mesmo tempo *Yjxa Pita*, que significa "gente de verdade".

A história do povo Karitiana, assim como de diferentes povos indígenas do Brasil, é marcada pelo enfrentamento e muitas lutas com os não indígenas para a manutenção da sua cultura, território e organização social. As interferências iniciaram no final do século XVIII com a chegada dos bandeirantes na região em busca de riquezas, entre elas as "drogas do sertão." Tempos depois, no início do século XX, com a chegada de seringueiros e outros colonizadores, oriundos em sua maioria da região

nordeste do país, a exploração da mão de obra para o desbravamento do território foi algo maior (MEIRELES, 1983). Sobre o assunto, os estudos de Velden (2010, p. 57) colaboram com a compreensão:

Os Karitiana foram confinados entre os vales dos rios Jaci-Paraná (a oeste) e Candeias (a leste) por força de duas frentes de penetração. Primeiro, a dos caucheiros bolivianos, que penetram na região a partir da segunda metade do século XIX. Depois, aquela aberta com a construção da linha telegráfica do Mato Grosso ao Amazonas pela Comissão Rondon, que segue, grosso modo, o traçado do rio Jamari até Santo Antônio do Rio Madeira e Porto Velho (às margens do rio Madeira) e que abrirá caminho para a futura rodovia BR-364 (iniciada em 1960, consolidada em 1966 e asfaltada em 1987).

O povo Karitiana é conhecido e pode ser identificado pelos não indígenas no Estado de Rondônia/RO como aquele que busca seus direitos. De acordo com muitas lideranças Karitiana, muitas ações de luta são realizadas, promovidas e desenvolvidas pelo povo para a manutenção dos direitos assegurados nas legislações. Em virtude dos acontecimentos ocorridos, uma frase é recordada e vivida intensamente pelos Karitiana: continuamos existindo para o melhor futuro de nossas crianças.

A população Karitiana encontra-se com cerca de 450 pessoas, distribuídas em sete aldeias, segundo os registros da Associação do Povo Indígena Karitiana (*Akot Pytim Adnipa*). Desse quantitativo populacional, cerca de 230 pessoas vivem nas cinco aldeias situadas no interior da Terra Indígena Karitiana, sendo:

TERRA INDÍGENA KARITIANA		
	Comunidade indígena	População
1	Aldeia <i>Kyōwã</i> (maior e mais antiga aldeia)	153 moradores
2	Aldeia Bom Samaritano	17 moradores
3	Aldeia Caracol	29 moradores
4	Aldeia Beijarana	22 moradores
5	Aldeia São Francisco	11 moradores

Fonte: Associação do Povo Indígena Karitiana (2024)

Ainda, de acordo com as informações da Associação do Povo Indígena Karitiana, 68 pessoas habitam as duas aldeias localizadas fora dos limites demarcados: *Byjyty Osop Aky* (Aldeia Rios Candeias), com 37 habitantes, e Aldeia Juari, Igarapé Preto (*E'se em*) com 31 moradores. No município de Porto Velho vivem 27 famílias, além de 15 estudantes do ensino superior.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA KARITIANA NO ESTADO DE RONDÔNIA/RO: ELEMENTOS INICIAIS

A pesquisa em educação com o povo Karitiana é um campo que busca respeitar e valorizar as especificidades culturais e sociais do povo, promovendo práticas educacionais que se alinhem com suas tradições e necessidades. O trabalho de escrita para o desenvolvimento de uma pesquisa educacional entre os Karitiana deve considerar a difícil tarefa de colocar no papel os elementos do contexto cultural, histórico e social.

Assim como para outros povos indígenas do Brasil, os Karitiana entendem que a educação e seus desdobramentos é um assunto significativo, importante e merece atenção de autoridades, lideranças e pesquisadores indígenas e não indígenas. Para eles, a problematização e a discussão desse campo significam um cuidado com o futuro da preservação de sua língua, cultura e tradição.

Os Karitiana, mais precisamente os professores indígenas, quando direcionam o assunto à educação diferenciada no contexto da escola indígena do seu povo, sinalizam a necessidade de realizar a diferenciação entre educação escolar e a educação tradicional do povo Karitiana. Amparados nos estudos de Luciano (2006, p.129), dialogam que:

a educação indígena refere-se aos processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos indígenas, enquanto a educação escolar indígena diz respeito aos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não-indígenas e indígenas por meio da escola, que é uma instituição própria dos povos colonizadores.

A educação indígena é compreendida pelo povo Karitiana como educação tradicional, ou seja, sua própria educação: cultura, costumes, tradição, conhecimento científico e a língua materna. Para os professores Karitiana, a educação, antes do contato com os não indígenas, ocorria na comunidade de forma difusa, onde todo o conhecimento era compartilhado. Durante os diálogos interculturais realizados com os professores indígenas, mencionam que existem, no momento, sabedores do povo Karitiana que contribuem para que a educação tradicional seja efetivada. Para os professores, os sabedores indígenas são importantes dentro da sua comunidade, pois compartilham com as crianças a necessidade de valorizarem seus próprios costumes no dia a dia. Sobre o assunto, Inácio Karitiana (2015, p. 10) relata que:

os saberes indígenas não ocorrem por meio de normas e regras de comportamento, e que os processos de ensino-aprendizagem têm a função de levar a crianças e o jovem à compreensão e à promoção dos seus espaços na comunidade por meio da observação.

Em diálogo com Inácio Karitiana, compreendemos que a transferência de conhecimento para seu povo acontece na família, na escola e nos diferentes espaços sociais praticados no cotidiano da aldeia. Com isso, observamos que os saberes indígenas, repassados de geração a geração, são circulares não ficam restritos à determinado local. Muitos dos responsáveis pela circulação dos saberes são os mais velhos, os anciões da comunidade, também conhecidos como os guardiões da cultura Karitiana ou sabedores indígenas.

Eles colaboram para manter a memória e a cultura viva a partir dos ensinamentos que são repassados. Esses ensinamentos são carregados de símbolos e significados que traduzem uma compreensão de mundo a partir de uma visão ancestral (Munduruku, 2012). Na escola indígena o ensino e a aprendizagem da educação tradicional acontecem respeitando a tradição e os momentos/etapas da vida para a transmissão do respectivo conhecimento.

Os professores relataram durante os diálogos interculturais que a cultura e a educação Karitiana sempre estão em debate e reflexão no ambiente escolar. No momento de uma determinada prática específica

são convidados a família ou os parentes que estão no entorno da escola para colaborarem com a discussão. O movimento que a escola realiza vem ao encontro da cultura do povo Karitiana, pois compreendem que seu modo de vida, sua língua, seus costumes e os rituais, ensinados de geração a geração, são compartilhados por meio da oralidade e da participação da comunidade.

Na escola, os professores indígenas, além das práticas realizadas com a comunidade, sempre convidam os mais velhos, os sabedores, lideranças, cacique ou o pajé para circularem no espaço escolar ou em outro ambiente onde estejam ocorrendo diferentes práticas pedagógicas. Nessas aulas, ministradas pelos sabedores, somos convidados a mergulhar na ancestralidade da cultura e a conhecer elementos que fortalecem a identidade Karitiana.

Para os professores indígenas, os conhecimentos repassados ajudam a fortalecer a geração de estudantes, apresentando os saberes indígenas e despertando o sentimento de pertença ao povo e à terra. Essas práticas voltadas às convivências sociais têm colaborado com a defesa da luta pela terra e na busca de alternativas para a melhoria da qualidade da vida comunitária.

Utilizando outras palavras, os docentes reconhecem a importância e a necessidade de os estudantes indígenas terem suas próprias reflexões sobre conhecimento específico do povo Karitiana, como: artes, músicas, danças, mitos, religião, remédios tradicionais e alimentos do povo. Esse contexto corrobora com as palavras de Meliá (1997, p. 26), quando escreve que "[...] a comunidade indígena, tanto em nível de povo como em nível de aldeia, tem uma racionalidade operante que temos que saber descobrir para que as novas ações pedagógicas possam praticá-las".

O desafio de construir a educação diferenciada na escola indígena Kyowã, campo empírico de um dos autores, significa atender às necessidades de uma educação específica, bilingue e intercultural que contemple a realidade cultural do povo Karitiana do Estado de Rondônia/RO.

Se os professores Karitiana possuem muitas experiências de educação diferenciada, é importante sinalizar que também existem muitas dificuldades em realizá-las. Muito desse contexto decorre da interferência

da educação dos não indígenas e da Secretaria de Educação, como na maior parte das escolas indígenas do país.

Apesar do espaço já conquistado e das garantias legais asseguradas, a prática da maioria das escolas indígenas no país convive com inúmeras dificuldades e graves limitações. As práticas escolares apontam para uma escola sem recursos didáticos, com professores sem capacitação político-pedagógica, sem material didático específico, monolíngue em português e atreladas a secretarias despreparadas para ajudá-las (Nobre, 2005, p. 91).

Nossas experiências enquanto pesquisadores têm mostrado que mais que compreender a necessidade de uma educação diferenciada na escola indígena Karitiana, é primordial colocá-la em prática. Por esse motivo, existe uma longa distância e uma luta intensa que necessita de sujeitos resistentes. Sujeitos que façam garantir a Constituição Federal Brasileira de 1988, principalmente as contribuições às políticas educacionais, sobretudo, na garantia do direito à diferença e à autonomia. Nessa direção, não podemos esquecer que em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996, tivemos contribuições que provocaram deslocamentos e inquietações na maneira de ver e pensar o outro, além de fragmentar e criar condições para o desafio de uma hegemonia monocultural, colonial e uni-nacional (Walsh, 2016).

Em resumo, podemos mencionar que a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394/1996, entre outras leis, decretos e portarias, acabaram sendo elaboradas e incorporadas à jurisprudência brasileira garantindo outros direitos. Entre os principais documentos que surgiram destacamos: o Parecer CNE/CEB 14/1999 e a Resolução CNE/CEB 03/1999, que reconhecem e criam a categoria escola indígena e orientam a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os povos indígenas e tribais, o Decreto 6.861 de 2009 que organiza a Educação Escolar Indígena com a participação dos povos indígenas, respeitando a sua territorialidade, e as necessidades e especificidades, e

a Resolução 05 de 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

Na escola indígena do povo Karitiana, mais especificamente na aldeia Kyōwā, quando é falado sobre educação tradicional significa que os professores querem ensinar todos os conhecimentos do seu povo. Nesse sentido, entendemos que a escola indígena deve contribuir para garantir os conhecimentos tradicionais, como a pintura, artesanato, a dança tradicional e a própria língua materna. É fundamental que esses conhecimentos sejam mantidos ao longo da história, ensinando também, qual o significado da cultura e a importância da sua identidade.

A escola precisa continuar incentivando nos alunos a pesquisa, a reflexão e vontade de aprender os ensinamentos Karitiana, pois segundo Luciano (2006, p. 129):

A educação escolar indígena refere-se à escola apropriada pelos povos indígenas para reforçar seus projetos socioculturais e abrir caminhos para o acesso a outros conhecimentos universais, necessários e desejáveis, a fim de contribuírem com a capacidade de responder às novas demandas geradas a partir do contato com a sociedade global.

Os escritos do autor indígena, do povo Baniwa, reforçam a importância da escola no trabalho de valorização da própria cultura, crenças, mitos, costumes, história e principalmente a língua materna. Porém, a escola indígena sabe da necessidade de repassar o conteúdo do outro lado do mundo, o não indígena. Diante desse contexto, concordamos com Benites (2014, p. 72) quando escreve que a "escola indígena é vista como um lugar de encontro de saberes e culturas, lugar onde o sujeito [....] pode construir a sua identidade a partir do diálogo entre esses saberes".

Nesse espaço da escola, os professores indígenas conseguem, além do diálogo de saberes, a reelaboração de novos conteúdos, a criação/elaboração de materiais didáticos e práticas pedagógicas interculturais, além da possibilidade de escrever a história do seu povo a partir dos guardiões da cultura (Nascimento, 2003). Esses elementos colaboram para que os professores indígenas incentivem a produção e a

manifestação da identidade e da cultura Karitiana em diversos espaços, além de apresentar os caminhos do conhecimento da sua própria educação.

A educação diferenciada na escola Karitiana ainda é um desafio, pois os professores enfrentam dificuldades para garantir sua metodologia indígena e um projeto político-pedagógico diferente da escola padrão dos não indígenas. Lutam e resistem para o desenvolvimento de uma pedagogia própria, diferente e específica. Para os professores Karitiana, o ensinamento aconteceria de acordo com a sua convivência, a partir da sua realidade, utilizando-se duas línguas (portuguesa e materna), vivenciando e praticando suas atividades culturais, sociais, físicas e simbólicas e mantendo suas próprias normas.

Por exemplo, como seria a educação diferenciada nas escolas indígenas Karitiana? De modo geral, podemos dizer que a educação indígena poder acontecer livremente, quer seja dentro da escola, em casa, na beira de um rio, debaixo de uma árvore etc., pois as crianças ou jovens têm suas liberdades dentro da aldeia.

A terra indígena é um espaço livre onde o estudante se relaciona com o outro, a partir de brincadeiras, durante o banho no rio, passeando na floresta ou na mata, caçando e pescando. Esses movimentos evidenciam que a liberdade é um importante elemento da cultura tradicional, principalmente aqueles que intensificam o contato com a terra, o território e a natureza. O encontro com os elementos naturais é defendido pelos professores durante as aulas, pois entendem que nessas ações de brincar, caçar, roçar e pescar a cultura está em diálogo e com isso sendo transmitida.

Os Karitiana registram, escrevem e denunciam que a educação tradicional diferenciada necessita ser repensada e problematizada no contexto de Rondônia. Entre as principais reivindicações está a autonomia para a elaboração do seu próprio calendário indígena dentro da escola para o fortalecimento e a manutenção dos costumes de uma prática diferenciada. A solicitação da educação escolar intercultural vem ao encontro da cultura Karitiana, principalmente no que corresponde a presença dos saberes indígenas no espaço da escola. As crianças e os jovens Karitiana aprendem observando e ouvindo, daí a importância de

ouvir o guardião da cultura, o mais velho, contando a história ou repassando seu conhecimento da cultura do seu povo.

Identificamos nessas aproximações que os professores da escola indígena Kyõwã se reúnem para discutir sobre a educação diferenciada e entram em acordo com a comunidade para a elaboração dessas atividades para os alunos ao longo das aulas. Além disso, muitos docentes convidam os sabedores indígenas para debater sobre educação diferenciada no espaço escolar, e procurar ouvi-los, sobre: O que eles pensam? Como poderia ser realizado? De que jeito seria melhor?

Nesses encontros de discussão entre professores indígenas e sabedores vão surgindo sugestões para o trabalho de desenvolvimento de práticas pedagógicas com elementos de uma educação diferenciada para as aulas em diversas áreas de conhecimento. Nesse trabalho, ainda em andamento, observamos que os professores poderiam elaborar um calendário escolar indígena, de acordo com a sua formação. Um calendário que possa incluir e dar visibilidade às práticas de educação diferenciada dentro da escola.

A grande preocupação dos professores Karitiana é assegurar que os princípios da especificidade, do bilinguismo e multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade dos projetos educativos da sua comunidade sejam desenvolvidos, principalmente aqueles que buscam a valorização de suas línguas e conhecimentos tradicionais. Para os docentes do povo Karitiana, a escola indígena deve contribuir e fazer parte desse contexto, porque em suas práticas pedagógicas os processos próprios de aprendizagem devem ser contemplados, para assegurar e fortalecer as tradições indígenas, os valores que garantam a sobrevivência física, linguística e cultural, com ênfase no território, na valorização e o respeito à diversidade e a especificidade dos saberes do povo, bem como suas formas de ensinar e aprender.

Além da liberdade, os estudantes devem aprender, durante o tempo em que ficarem na escola ou em outro espaço da aldeia, as matérias dadas em Língua Portuguesa e em outras disciplinas, principalmente a cultura indígena do povo Karitiana e língua materna. A escola deve promover ampla formação que oportunize o desenvolvimento das capacidades, fortalecendo a identidade cultural do povo Karitiana. Os alunos podem aprender tanto em Língua Portuguesa quanto na língua

materna. Por exemplo: Língua Portuguesa, Matemática, Ciência, Geografia, História, Arte, Filosofia, Química, Física, e outras matérias. Essas matérias têm que ser ensinadas de uma forma bilíngue, porque se os alunos não entenderem o professor explicando em língua portuguesa, o professor deverá explicar em língua materna. Assim fica mais fácil para alunos aprenderem conteúdos trabalhados na sala de aula.

A escola indígena Karitiana deve propor e oferecer aos estudantes Karitiana o ensino médio, de acordo com a Política Nacional para a Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação, que está organizado de modo que possibilita aos cursistas vivenciar não apenas situações de aprendizagem de conteúdos teóricos e práticos, mas também saberes locais e globais, permitindo-lhes o domínio de conhecimentos gerais e a formação de atitudes, como a participação em atividades socioculturais e práticas interdisciplinares, como preparação para o exercício da cidadania.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O artigo é resultado de reflexões iniciais de uma pesquisa, em andamento, com o povo Karitiana, mais especificamente de como organiza sua educação diferenciada na escola Kyowã, Rondônia/RO. Em meio às lutas e enfrentamento com a Secretaria Estadual de Educação, o estudo apresenta os movimentos realizados pelos professores indígenas e a comunidade Karitiana para o desenvolvimento dos processos próprios da educação indígena nos diferentes espaços de ensino-aprendizagem na comunidade Karitiana.

Para os Karitiana, a educação do seu povo está repleta de ações pedagógicas diferenciadas, que estabelecem uma visão integrada do desenvolvimento da criança com base nos elementos da cultura Karitiana. Nesse modelo de educação, diversos espaços da comunidade podem contribuir para a construção de processos próprios de ensino-aprendizagem que são fundamentais para a organização pedagógica da educação escolar indígena.

Essas primeiras experiências de diálogo interculturais com os professores Karitiana evidenciam que a Escola indígena Kyowã segue resistindo às práticas não indígenas e desenvolvendo com mais segurança práticas de uma educação tradicional diferenciada no espaço escolar, contemplando os conhecimentos tradicionais do povo Karitiana.

Outra sinalização importante e significativa desses primeiros contornos da pesquisa é perceber a relevância e o lugar que os saberes indígenas ocupam dentro da comunidade e o trabalho que professores indígenas junto com os guardiões da cultura, os mais velhos, realizam com os estudantes para a valorização da cultura e tradição Karitiana no dia a dia.

Apoiado nos documentos legais da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional/LDB 9.394 de 1996 e as leis complementares à Educação Escolar Indígena, o povo Karitiana e a Escola indígena Kyowã lutam contra os posicionamentos contraditórios do estado e busca o respeito para a compreensão de um pensamento de gestão indígena, uma organização de projeto político pedagógico diferenciado e intercultural para as escolas, além de um currículo específico que contemple e respeite a educação e a pedagogia Karitiana.

Para os Karitiana, na escola deve-se adotar uma proposta pedagógica que contemple uma metodologia intercultural. Essa metodologia se desdobrará no diálogo entre os saberes tradicionais do povo Karitiana e os conhecimentos ocidentais, numa relação interétnica, estabelecida por meio da escola indígena Karitiana. Nesse sentido, propõe-se a discussão em Matemática, História e nos demais componentes básicos e diversificados, de temas transversais como a produção e a geração de renda voltada para sustentabilidade e a interculturalidade, como aprendizado colocado em prática na comunidade onde cultura, alimentação e proteção do território caminhem juntas para garantir o futuro das crianças e dos jovens nas aldeias, como um processo que irá se dando aos poucos.

Com o propósito de encerrar o texto, entendemos que o desafio dessas linhas finais é despertar em pesquisadores a possibilidade de novas leituras e reflexões sobre a Educação Escolar Karitiana, mais precisamente a educação diferenciada presente na escola indígena. É mostrar que o estudo sobre assunto, apesar das dificuldades, é um caminho que muito contribui para entender a identidade, a cultura e a educação de um povo.

Para isso, faz-se necessário sair da zona de conforto para poder aprender com as vozes Karitiana, seus olhares e gestos.

Pensamos que o convite está lançado, a aventura está à espera e o povo Karitiana está ansioso para que as reflexões possam ajudá-los a problematizar e construir uma nova realidade, diferente da que ela vive hoje, tanto na escola quanto nos diversos espaços por onde circulam.

REFERENCIAS

BENITES, Eliel. Oguata Pyahu (uma nova caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena da aldeia Te'ýikue. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 64/2010 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. 104p.

BRASIL. LDB 9.394/1996. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.* Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DF, 1996

BRASIL, **Decreto Presidencial nº 6.861, de 27 de maio de 2009.** Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em Territórios Etnoeducacionais e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. Parecer CNE/CEB Nº: 13/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena - Relatora: Rita Gomes do Nascimento - Processo nº: 23001.000111/2010-91 - Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação - Brasília/DF, 2012.

BRASIL. **Resolução nº5 de 22 de junho de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

BRASIL. Portaria nº 1.061 de 30 de outubro de 2013. Institui a Ação Saberes Indígenas na Escola. Brasília, DF, 2013.

t

KARITIANA, Inácio. Processos próprios de educação do povo Karitiana. Trabalho de Conclusão do Curso de Educação Intercultural. Universidade Federal de Rondônia, Ji-Paraná, 2015.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. O Índio Brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de Hoje, Brasília, v. 1, 2006.

MELIÁ, Bartolomeu. **Ação pedagógica e alteridade: por uma pedagogia da diferença**. Mato Grosso: Secretaria de Estado de Educação /Conselho de Educação escolar Indígena de Mato Grosso, 1997.

MEDEIROS, Adriana Francisca de. O papel da educação escolar indígena do povo Karitiana no Contexto dos impactos provocados pelas hidrelétricas em Rondônia, Amazônia brasileira. Doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Universidade Federal de Rondônia, 2018.

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movi mento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.

NASCIMENTO, Adir Casaro. Escola Indígena Guarani/Kaiowá no Mato Grosso do Sul: as conquistas e o discurso dos professores-indios. Revista Tellus, n.5, p.11-24, out. 2003.

NOBRE, Domingos. Para uma síntese dos avanços e impasses da educação escolar indígena hoje. In: VEIGA, Juracilda; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha (Org.). **Desafios atuais da educação escolar indígena**. Campinas, SP: ALB, Núcleo de Cultura e Educação Indígena: [Brasília, DF]: Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, 2005

OLIVEIRA, Luiz Antônio & NASCIMENTO, Rita Gomes. Roteiro para uma história da educação escolar indígena: notas sobre a relação entre política indigenista e educacional - Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 765-781, jul.-set. 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, set. 2005. p. 107-30. (Colección Sur Sur).

t

VELDEN, Felipe Ferreira Vander. **De volta para o passado: territorialização e 'contraterritorialização' na história karitiana**. Sociedade e Cultura, v. 13, p. 55-65, 2010.

WALSH, Catherine. **Notas pedagógicas a partir das brechas decoloniais**. In: CANDAU, V. M. (Org.). Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação "outra"? Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016. (p. 64-75)

Recebido em 02/11/2024 Aprovado em 26/12/2024